



Exm^o Senhor Presidente da República

Excelência

Como é do conhecimento de V.Ex^a, sempre foi apanágio da ANS, enquanto associação representativa dos interesses dos sargentos dos três ramos das Forças Armadas, a defesa intransigente, se bem que consciente e equilibrada, daquilo que consideramos ser a razão suprema que nos assiste, enquanto parte integrante da instituição militar, que acima de tudo respeitamos e servimos.

É por isso, Senhor Presidente, por essa intransigente mas assumida assunção da justeza daquilo por que lutamos, que é nosso lema " *...quão difícil nos temos movido!..* ", querendo nós dizer que, por mais difícil que seja atingir os objectivos a que nos propomos, porque neles acreditamos, jamais abandonaremos a vontade e determinação de os alcançar. Foi assim que, ao fim de doze longos e penosos anos conquistámos o direito, sempre por nós reclamado, ao associativismo sócio-profissional, e nunca por nunca soçobrámos aos desaires, contratempos, incompreensões, ameaças e ataques continuamente desferidos, quer pelo contexto existente, quer pela vontade expressa de políticos e militares que entendiam dum modo enviesado e mesmo, em alguns casos, malévolo, a nossa tão simples quão determinada certeza de que isso seria, mais cedo ou mais tarde, uma realidade tão inquestionável como a própria inevitabilidade do progresso e da mutação da própria sociedade.

Queremos com isto dizer, Senhor Presidente, que sempre que a ANS empunha uma bandeira, é para vencer, sem que isso signifique derrotar quem quer que seja. Mas vencer, é para nós um estado de espírito que nos guia e conduz, por entre dificuldades e agruras, porque sempre que o almejamos é porque acreditamos consciente e firmemente naquilo porque lutamos.



É certamente do conhecimento de V.Ex^a., que desde a publicação do DL 328/99, que deveria ter constituído o primeiro estágio para a reposição duma justiça, ao longo dos anos perdida e maltratada, em matéria de sistema retributivo dos militares, e com a sua aplicação, ela própria faseada em três etapas, de acordo com um calendário previamente estipulado, resolveram-se aparentemente alguns problemas, mas criaram-se inevitavelmente outros, para os quais foi a ANS, desde o início, chamando a atenção e exigindo a pronta e exigível resolução.

O conjunto desses problemas, para os quais a ANS encontrou, a partir de determinada altura, a designação de "*tríptico de problemas do DL 328/99*", resumem-se, na sua expressão mais simples, a três pontos, a saber:

- Equiparação do sistema retributivo dos militares das Forças Armadas àquele aplicado aos militares da GNR, nomeadamente nos postos de 1º Sargento e Sargento-Ajudante;
- A questão do Artº 19º do referido diploma, que regula o posicionamento do militar nos escalões da nova estrutura indiciária, no que concerne à aplicação dos seus n.ºs. 1, 2 e 3;
- E a questão da absorção, quanto a nós indevida, dos diferenciais existentes, aquando da aplicação das segunda e terceira fases do DL 328/99, sem que tenha havido promoção ou vencimento de novo escalão, o que não foi no entanto assim entendido, e quanto a nós bem, pela Repartição de Oficiais da Armada.

A catadupa de problemas e situações bizarras, tanto quanto perniciosas, para muitos sargentos dos três ramos das Forças Armadas, foi desde a primeira hora motivo de alerta, por parte da ANS, quer para o MDN, quer para o próprio Primeiro Ministro, na sua qualidade de responsável máximo do Governo. O desenrolar de todo este processo demonstra bem a



linearidade daquilo que reclamamos, em oposição à complexa teia de respostas, desvios, desresponsabilizações e insensibilidades que geraram, por parte da tutela e do próprio Primeiro Ministro.

Desde a inadmissível falta de veracidade e manipulação de números assumida pelo Senhor Ministro Jaime Gama, na sua singular passagem pelo MDN, em 1999, ao querer passar a imagem, para a opinião pública, de que os Sargentos teriam sido contemplados com um aumento de 30%, passando pela mais completa operação de esvaziamento político dum Ministro empenhado e credível, como foi o Dr. Júlio Castro Caldas, até à inesperada nomeação do Ministro Rui Pena, que nós queremos acreditar pleno de vontade e iniciativa, mas não cremos serem a sua arte e engenho suficientes para contrabalançar a imobilidade e insensibilidade que há muito atacou o Governo, leia-se o Primeiro-Ministro, em matéria de Defesa, tudo tem contribuído e contribui para o clima de obscena passividade quanto aos assuntos repetida e exaustivamente expostos.

Porque estamos plenamente convictos de que é ao nível do Primeiro-Ministro que se situam as chaves para a resolução dos problemas que vimos denunciando, pois só ele pode dotar o MDN dos instrumentos financeiros indispensáveis à sua exequibilidade, tem sido junto dele, o Primeiro-Ministro, que vimos desde há tempos chamando a atenção para a urgência duma atitude que tarda em ser assumida e assim engrossa cada vez mais o caudal de insatisfação que grassa entre os Sargentos de Portugal, os quais não entendem de todo esta posição de aparente indiferença por parte de quem se esperaria, devesse assumir com frontalidade a solução final do problema, ou quanto muito, a inequívoca assunção da incapacidade material de o fazer, mas neste caso com a hombridade de o assumir perante os interessados, que somos nós!



Entenderá talvez o Senhor Primeiro-Ministro que a insatisfação, as demonstrações de indignação e mesmo as manifestações públicas do nosso descontentamento, são hoje em dia fenómenos aceitáveis, pacíficos e demonstradores duma certa modernidade de ideias e conceitos, relativamente bem geridos, dando até azo a um magnânimo sentido de democraticidade, por parte do Governo, face aos inusitados sinais de inquietude dos militares.

A razão de ser deste nosso desabafo, Senhor Presidente, dirigido a VEx^a., com quem ao longo de todo este processo sempre mantivemos relações de elevado respeito e cordialidade, e que por outro lado desempenha um cargo, não executivo, é certo, mas para nós de grande significado, como é o de Comandante Supremo das Forças Armadas, cargo esse que lhe confere porém a autoridade e a credibilidade atinentes a uma institucional sensibilização do Primeiro-Ministro em matérias de Defesa e militares, entronca precisamente nesta situação que refutamos de extremamente grave e sensível.

Salvo melhor opinião e na perspectiva da ANS, o Senhor Primeiro-Ministro denota uma quase total insensibilidade para as questões da Defesa e mormente dos militares, enquanto cidadãos e agentes especiais numa área tão sensível como esta. Arriscaríamos mesmo a definir a relação que o Senhor Primeiro-Ministro tem com os militares, como sendo de um grande desconforto e incomodidade. O Senhor Primeiro-Ministro terá todas estas dificuldades relativamente aos militares, talvez porque simplesmente não os conhece e tem deles uma visão deturpada por anos conturbados de história e vivências mal esclarecidas, mas que não correspondem certamente àquilo que os militares são hoje em dia.

Gostaríamos pois de apelar a V.Ex^a., se possível, e perdoe-nos Senhor Presidente a audácia e a liberdade de estilo, o agitar da consciência militar do Primeiro-Ministro, factor essencial e indispensável à função governativa.



Consideramos de extrema importância a compreensão daquilo que pensamos estar a acontecer com o Senhor Primeiro-Ministro, pois a sua total insensibilidade e mesmo incoerência posta nas respostas aos ofícios que repetidamente lhe vimos dirigindo, solicitando a possibilidade de sermos por ele recebidos e, pessoal e frontalmente, com respeito e rigor, lhe expormos as nossas questões, tem como origem, certamente essa ausência de consciência militar, que por isso, seria essencial fosse suprida pela de V.Ex^a., enquanto alto dignitário da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas.

O que seria necessário, Senhor Presidente, era que V.Ex^a. fizesse ver ao Senhor Primeiro-Ministro o terreno minado que ele começa a percorrer, não nos cabendo qualquer tipo de responsabilidade quanto às minas que o Governo possa vir a encontrar e aos acidentes que isso possa vir a causar. Efectivamente é imperioso que o Senhor Primeiro Ministro compreenda dum vez por todas que os militares, embora achem desejável e até imperioso que existam fórmulas passíveis de permitir aos militares a expressão e manifestação da sua indignação, e que tendo até agora sido encontradas fórmulas de tal modo consensuais que levaram os militares à rua, numa clara assunção do seu direito, restrito, é certo, de se manifestarem e de o fazerem numa elevada demonstração do seu inquestionável sentido da ética, da disciplina e do sentido da dignidade, consideram dum extrema gravidade a banalização de tais formas de demonstração pública de insatisfação e o aceitar-se como normal e pacífico, que os militares venham para a rua chamar a atenção à ineficácia do Governo em resolver as suas dificuldades.

Que fique também claro, apesar de tudo, e como já o dissemos mais atrás, que a nossa persistência é determinante na prossecução dos nossos objectivos e estamos por isso certos que S. Ex^a. o Senhor Primeiro-Ministro acabará por nos receber, porque a isso estamos determinados, cabendo-nos, como é óbvio, a tarefa de encontrar as formas mais eficazes e consentâneas de lhe permitir aperceber-se da inevitabilidade de tal encontro, pois só falando nos podemos entender e nós cremos seriamente que o Primeiro-Ministro da República Portuguesa, com total legitimidade democrática e com toda uma tradição de diálogo, não se escusará, em última instância, ao contacto directo com um grupo de cidadãos que apenas têm a particularidade de vestirem uma farda e terem assumido com a Pátria um compromisso de dever.



O Senhor Primeiro-Ministro pode ter a certeza de que a ANS encontrará seguramente e em cada momento as fórmulas necessárias a sensibilizá-lo nesta matéria e poderá ficar seguro de que nunca foi nossa postura abandonar o combate antes do seu epílogo, sendo que o armistício é para nós a fórmula mais digna de o conseguir e aquela que mais dignificará ambas as partes. Mas é essencial, imprescindível mesmo, que o Senhor Primeiro-Ministro assuma a urgência de falar connosco para um debate aberto sobre as dificuldades que atravessamos e que não estão exclusivamente nas mãos, nem do actual, nem de nenhum MDN que esteja manietado pela falta de instrumentos financeiros e de vontade política expressa por parte do Governo.

É pois com este espírito, Senhor Presidente, que tomámos a liberdade de lhe enviar este memorando, um grito angustiado de incapacidade total em compreender a insensibilidade até aqui demonstrada pelo Senhor Primeiro-Ministro, mas também uma certeza cimentada nos anos de prática e luta associativa que nos leva a encarar esta dificuldade como mais um passo na nossa caminhada, que nos levará certamente à conquista dos nossos objectivos.

Continuamos receptivos a contribuir, em conjunto com o Senhor Primeiro-Ministro e o MDN, para a busca das soluções mais exequíveis e consentâneas com a gravidade da situação, mas não nos disponibilizamos, como nunca o fizemos para posturas de desânimo, passividade ou pérfida gestão de acções inconsequentes.

Depositamos pois na inquestionável e elevada consciência de V. Ex^a Senhor Presidente, a melindrosa tarefa de sensibilizar um Primeiro Ministro aparentemente ausente das nossas preocupações, que não sendo exclusivas, são seguramente tão importantes como as de outros sectores da vida nacional, porque referentes a cidadãos de pleno direito que se sentem minorados na forma como o poder encara os seus problemas.

Respeitosamente,

Lisboa, 05 de Novembro de 2001

A Direcção

António Lima Coelho